



Imprimir



Fale Conosco



Zoom+

Zoom-



Edições

Anteriores

Busca

ANO V - Número 52  
Brasília, 10/10/2011

## Encontro de Presidentes e Direitos Humanos I

Como parte das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e o Instituto Ethos Empresas e Responsabilidade Social promoveram, nesta terça-feira (24/06), em São Paulo, o "Encontro com os presidentes: Responsabilidade Social das Empresas e os Direitos Humanos". Seu objetivo foi debater os desafios para a implementação de uma agenda dos direitos humanos na gestão das empresas e em sua cadeia de relacionamentos. Estavam presentes à cerimônia, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi, a ministra da SPM, Nilcéa Freire, os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, a presidenta da Caixa Econômica Federal (CEF), Maria Fernanda Coelho, o governador de São Paulo, José Serra, o prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, bem como o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young, e o presidente do Conselho Deliberativo, Oded Grajew, além dos presidentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e do Instituto Bovespa, Raimundo Magliano, e de mais de 250 empresas como Banco Itaú, Banco Real, Vale, Grupo Pão de Açúcar, Wal-Mart, Telefônica.



## Encontro de Presidentes e Direitos Humanos II

Ao final da parte da manhã, Maria Fernanda Coelho, presidenta da CEF, leu a Declaração do Encontro de Presidentes, na qual as empresas se comprometeram a reunir esforços na defesa e na garantia dos direitos humanos por meio da aplicação de planos de ação que levem à melhoria dos indicadores de responsabilidade social no que tangem à promoção da equidade de gênero e raça no local de trabalho, erradicação do trabalho escravo nas cadeias de valor, a inclusão de pessoas com deficiência, além do apoio à promoção dos direitos das crianças, jovens e adolescentes. Treze empresas já são signatárias: Grupo Telefônica, Banco Real ABN Amro, Alcoa, Wal Mart, Banco HSBC, Petrobras, BNDES, Magazine Luiza, CEF, HP do Brasil, Instituto Bovespa, Dupont do Brasil e Banco Itaú.



## Encontro de Presidentes e Direitos Humanos III

Na ocasião, cinco eixos principais foram discutidos: acessibilidade e empregabilidade de pessoas com deficiência; apoio a políticas voltadas para crianças, adolescentes e jovens; promoção da equidade de gênero; promoção da equidade racial; e a erradicação do trabalho escravo. A

## AGENDA

### Centro de Referência em Porto Velho

Nesta sexta-feira (27/06), a ministra Nilcéa Freire, da SPM, inaugura, em Porto Velho (RO), o Centro de Referência para Mulheres em Situação "Sonho de Liberdade". A solenidade também conta com a participação do prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, da primeira-dama, Lucilene Peixoto, da senadora Fátima Cleide, do deputado Val Verde, da coordenadora municipal de Políticas para as Mulheres de Porto Velho, Mara Regina, entre outras autoridades. Para atender às mulheres vítimas de violência doméstica, o Centro vai contar com uma equipe multidisciplinar composta por advogadas, psicóloga, assistentes sociais e agentes administrativos. Além do acolhimento e do atendimento, vão ser oferecidos às mulheres, a partir de julho, cursos na área de geração de renda, de dança, de artes plásticas.



### Pacto Estadual na Bahia

No próximo dia 30,

plenária geral contou com a fala do presidente Lula, do ministro Paulo Vannuchi, do presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young e do Conselho Deliberativo, Obed Grajew. À tarde, a ministra Nilcéa Freire, participou da mesa "Promoção da equidade de gênero", junto com Ana Maria Brasileiro, chefe da Seção Geográfica para América Latina e Caribe do UNIFEM, Sueli Mascarenhas da CEF, e Tânia Nossa da Alcoa, e que teve Ricardo Young como mediador. Na ocasião, Nilcéa Freire falou sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Pró-Equidade de Gênero.



## Oxfam destaca participação social no Brasil I

A organização não governamental Oxfam International publicou o livro "From Poverty to Power: How Active Citizens and a Effective States Can Change the World", que trata de estudos de casos, resultados de pesquisas encomendadas e experiências de programas. Na publicação, o artigo "A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil", de autoria do cientista político e especialista em direitos humanos Alexandre Ciconello, cita os processos da I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres como casos exemplares de participação na elaboração de políticas públicas.



## Oxfam destaca participação social no Brasil II

No texto "Um caso exemplar: a participação das mulheres na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres", o autor analisa a criação da SPM, o processo de Conferências e a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Segundo trechos do documento: "Apesar dos inúmeros desafios à consolidação da participação social no Brasil, algumas experiências merecem ser destacadas. Uma delas é a participação social na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Com efeito, apenas recentemente foi criado no país um órgão federal para operacionalizar políticas públicas para as mulheres. A institucionalidade anteriormente existente era o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), constituído em 1985, e que durante os anos 1990 se caracterizou por ser um espaço consultivo e esvaziado. Contudo, em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, o Conselho foi reformulado, contando com a presença majoritária de representantes da sociedade civil e com atribuições de caráter consultivo".



## Oxfam destaca participação social no Brasil III

Outra parte destaca as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. "(...) julho de 2004, o governo organizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a presença de 2 mil mulheres em Brasília, sendo que mais de 120.000 mulheres participaram das etapas preparatórias municipais e estaduais. O resultado do processo da Conferência foi a elaboração de uma lista de diretrizes para a formulação do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que orientaria a

haverá a cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação e Convênio para 2008 do Pacto Estadual de Políticas para as Mulheres, firmados pela SPM e pelo governo estadual da Bahia. O acordo estabelece um regime de colaboração mútua para execução de ações cooperadas visando à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. O ato de assinatura dos documentos será precedido pelo lançamento do DVD "Por uma Vida sem Violência", referente ao show realizado em novembro de 2007, no Canecão (RJ), em comemoração ao Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. A cerimônia conta com a participação da ministra Nilcéa Freire, do Governador da Bahia, Jaques Wagner, do secretário estadual de Promoção da Igualdade (Sepromi), Luiz Alberto, da superintendente de Políticas para as Mulheres, Ana Castelo, de dezenas de prefeitos baianos, parlamentares, sociedade civil e convidados. O evento será, a partir das 9h, no Salão Nobre do Palácio da Reitoria da UFBA, em Salvador.



### Workshop

A SPM promove, nos

ação de todo o governo federal no tocante a igualdade de gênero. (...) Em agosto de 2007, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tendo como um de seus objetivos centrais a avaliação e revisão do Plano. Essa experiência inaugura uma nova etapa nos processos de participação no Brasil que diz respeito à institucionalização de mecanismos plurais de prestação de contas: trata-se, doravante, de aperfeiçoar instrumentos de accountability nos moldes do sistema de monitoramento e avaliação das ações públicas implantado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres". [Leia o texto na íntegra](#)



## 48 anos de pílula anticoncepcional

Poucos avanços científicos provocaram tanto impacto na vida e no comportamento das pessoas como a pílula anticoncepcional. Ela foi decisiva para a conquista dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e transformou a forma de encarar o sexo e a colocação da mulher na sociedade. Neste ano, a pílula revolucionária completa 48 anos.



## Grafitas pela Lei Maria da Penha

Foto:  
COMCAUSA



No dia 8 de junho, as grafitas capacitadas como Promotoras Populares da Lei Maria da Penha grafitaram a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM), em Nova Iguaçu, encerrando o projeto "Grafitas pela Lei Maria da Penha", promovido pela COMCAUSA - Cultura e Direitos. Figuras femininas revelaram mensagens de amor e justiça e estamparam toda a delegacia, como um lugar de defesa dos Direitos da Mulher.



## Penalização do aborto I

A ministra Nilcéa Freire participou, no dia 18, da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre a penalização do aborto, que teve como referência o processo que tramita na 2ª Vara do Tribunal do Júri do Mato Grosso do Sul, no qual 9.896 mulheres são investigadas por suposta prática de aborto.

dias 3 e 4 de julho, no Rio de Janeiro, no Hotel Windsor Plaza, o workshop "Discutindo os Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressor". Seu objetivo é discutir, por meio de plenárias, painéis e debates, a implementação do Centro de Reabilitação e Educação do Agressor, conforme estabelecido na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) prevê a criação desses serviços especializados. A ministra Nilcéa Freire fala sobre a questão na próxima sexta-feira, dia 4. Também participam do evento, representantes da SPM, dos Ministérios da Justiça (Depen, SRJ e Pronasci), da Saúde e do Desenvolvimento Social, do Centro de Reabilitação e Educação do Agressor de Nova Iguaçu (RJ), da Superintendência de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, do Observatório da Lei Maria da Penha, do Comitê de Monitoramento da Convenção de Belém do Pará, do Instituto PAPAI, do Promundo e do Instituto Patrícia Galvão.



## ACONTECEU

**Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher começa a acontecer no Estado do Rio, Cabo Frio inaugura CR Regional**

Foi inaugurado no dia 20 de junho, na Baixada Litorânea do Rio

Também estavam presentes, o juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri do MS, Aloízio dos Santos, o promotor Estadual de Justiça do MS, Paulo César dos Passos, a coordenadoras da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde (MS), Regina Viola, a advogada da Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Themis) e consultora da Comissão de Cidadania e Reprodução, Carmen Campos, e a psicóloga e diretora de Gênero da Federação das Associações, Entidades e Movimentos Populares do DF e Entorno, Maria da Conceição Dantas. A coordenação ficou a cargo do presidente da Comissão, deputado Pompeo de Mattos.



## Penalização do aborto II

Durante a sessão, Nilcéa Freire defendeu o fim das penalidades previstas para a prática de aborto. "Estamos aqui para defender a vida das mulheres e o direito de decidir sobre sua vida e o direito da sociedade discutir o aborto", disse. Segundo ela, o caso do Mato Grosso do Sul é emblemático, porque confronta a sociedade com temas polêmicos. "São temas que a sociedade não quer discutir de forma desapassionada. Confronta-nos com a discussão de que uma mulher deve ser condenada a passar de um a três anos na prisão por ter praticado aborto. Também confronta-nos com a realidade do aborto clandestino no Brasil. O aborto é praticado em clínicas, nas casas das pessoas e o Sistema Único de Saúde (SUS) acaba recebendo milhares de mulheres com complicações", destacou a ministra.



## Penalização do aborto III

A ministra ressaltou que não defende o aborto como método contraceptivo, "gostaríamos que nenhuma mulher precisasse se submeter a esse tipo de procedimento". "Todos querem escolher um método contraceptivo que mais se adeque à sua vida sexual. Mas temos que entender que a vida não segue sempre as normas. Temos que entender que nem todos os métodos contraceptivos têm garantia de 100% de eficácia. Temos que entender que a vida não segue sempre os nossos desejos, ela é cheia de percalços e acidentes", disse a ministra. Ao final, solicitou do juiz Aloízio dos Santos e do promotor Paulo César dos Passos o resguardo da privacidade das acusadas. "Os direitos humanos destas mulheres devem ser respeitados", reafirmou a ministra.



## Revisão da legislação I

Durante a audiência na Câmara, o juiz Aloízio dos Santos, da 2ª Vara do Tribunal do Júri do MS, explicou como o caso das quase 10 mil mulheres supostas de praticar aborto veio à tona e disse que o que aconteceu na clínica "retrata fração da realidade que ocorre no País". Depois, garantiu que apenas cerca de mil mulheres serão realmente processadas. A justificativa disso: a pena para os supostos abortos praticados até 1999 está prescrita. Segundo a Justiça do MS, 27 mulheres e homens já foram denunciados no caso da clínica de Campo Grande: 26 aceitaram os

de Janeiro, em Cabo Frio, o primeiro Centro de Referência Regional de Atendimento à Mulher. Além de Cabo Frio, o Centro também vai atender os municípios de Araruama, Búzios, Arraial do Cabo, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Marica, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Participaram da cerimônia, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a secretária Benedita da Silva, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH), a superintendente Cecília Soares, da Superintendência de Direitos da Mulher (SUDIM) e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), o prefeito de Cabo Frio, Marquinhos Mendes, a coordenadora da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Cabo Frio, Tereza Tenan, entre outras autoridades.



## Cabo Frio inaugura CR Regional II

O Centro faz parte do Projeto Estadual do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e foi elaborado pela SUDIM. O Rio foi o primeiro estado a aderir ao Pacto e o projeto será implantado em outras

benefícios da suspensão condicional do processo, previstos em lei, e vão prestar serviço em creches ou em entidades filantrópicas. O juiz ressaltou que ele e o promotor devem cumprir a lei, sob pena de serem acusados de crime de prevaricação, ou seja, de deixarem de tomar a atitude devida. O juiz lembrou que o crime de prevaricação tem pena maior do que a do crime de aborto.



## Revisão da legislação II

O juiz sugeriu a redução da pena para quem aborta de três para dois anos de detenção, de forma a tornar estes "crimes" passíveis de serem julgados pela Lei 9099/95. Segundo ele, é uma unanimidade, tanto de quem é a favor quanto de quem é contra: é de que não dá para entrar na intimidade das mulheres. "Então, se diminuir a pena do crime, passando a ser de menor potencial ofensivo (Lei 9.999/95), teremos uma outra ótica penal. Com a diminuição, em vez de inquérito penal, poderá ser feito um termo circunstanciado, portanto, a investigação, que invade a privacidade da mulher, não precisa ser feita", explicou. O promotor Paulo César afirmou que o aborto é uma questão de saúde pública e de política pública, e com base nisso defendeu a consulta à sociedade para que haja um posicionamento sobre a questão. Tanto o juiz como promotor garantiram que o caso está sendo conduzido de acordo com a lei vigente e sugeriram a atualização da legislação penal brasileira, que é de 1940.



## Revisão da legislação III

A psicóloga Maria da Conceição Dantas declarou-se indignada quanto à investigação no Mato Grosso do Sul. "Defender a discriminação do aborto é defender a vida de milhares de mulheres. O Estado não pode ser dono do corpo da mulher, criminalizando-a e torturando-a por decisões que muitas vezes são tomadas pelo companheiro ou marido. Decisões do tipo: ou aborta ou sai de casa. Não é possível, em pleno século 21, ainda se manter uma legislação penal da década de 40".



## Mortalidade materna

Ainda na audiência sobre a penalização do aborto, Regina Viola, da Área Técnica da Saúde da Mulher, disse que é pública e notória a posição do MS e da SPM quanto ao tratamento da questão. "Temos tratado o assunto com muita transparência e sem hipocrisia". Ela lembrou que, em 2007, o SUS realizou 213 mil curetagens pós-aborto, o que resultou em um gasto de R\$ 35 milhões, e 2028 abortos legais. Também revelou que o aborto é uma das principais causas do alto índice de mortalidade materna no País. O atual índice é de 74 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. "Trata-se de um número muito elevado", lamentou. A advogada Carmen Campos, da Themis, definiu o aborto inseguro, feito de forma clandestina ou em casa, como uma questão de saúde pública, já que é provocado principalmente por causa da criminalização do aborto. "A criminalização do aborto corresponde à violação dos direitos humanos das

oito regiões do Estado do Rio de Janeiro - Metropolitana II, Noroeste Fluminense, Norte, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde. A idéia é articular redes regionais, trabalhar a rede local e garantir apoio jurídico, psicológico e de assistência social às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Cabo Frio foi escolhida como município pólo dessa região porque já conta com um Hospital da Mulher, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.



## Cabo Frio inaugura CR Regional III

A SUDIM fará a capacitação da equipe e supervisão do serviço. Além de participar da inauguração do Centro de Referência, a ministra Nilcéa Freire também visitou o Hospital da Mulher e o Centro de Referência e Assistência Social da Praia do Siqueira.



## Capitais inauguram Centros de Referência I

No último dia 20, a política de valorização da mulher em São Luís (MA) ganhou reforço com a inauguração do primeiro Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O Centro de Referência é

mulheres", reclamou.



## Brasil exemplo no tratamento de Aids

Cerca de 80% dos soropositivos no Brasil receberam tratamento contra a doença em 2007, segundo estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 150 países. A média dos países em desenvolvimento foi de 31%. A estimativa do órgão aponta que mais de 180 mil pessoas no país receberam tratamento em 2007, num universo de 230 mil. O Brasil aparece no estudo como um dos poucos países capazes de oferecer terapia anti-retroviral para mais da metade de seus doentes.



## Cresce escolaridade das mulheres

Conforme o estudo 'Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2008', divulgado neste mês pelo IBGE, 14,4 milhões de pessoas não sabem ler ou escrever. Os que mais sofrem com o problema são os negros e pardos, que atingem 14,6% do índice, sendo 8% mais alto do que os brancos.

O instituto destaca o aumento da taxa de alfabetização entre as mulheres. Se entre 1992 e 1997, os homens eram a maioria no grupo, desde 2001, o número de mulheres alfabetizadas cresceu. O avanço não foi, porém, acompanhado por melhorias em outros indicadores, como o rendimento médio mensal. Hoje, 89,9% das mulheres são alfabetizadas contra 89,4% dos homens. Quanto à escolaridade, as mulheres têm média maior em relação aos homens: 6,8 anos contra 6,6 anos.



## Cárcere privado I

A Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, e a Ouvidoria, da SPM, trouxeram à tona dois crimes de cárcere privado, que foram solucionados no último mês. O primeiro deles ocorreu em Salvador e o outro em Jundiá, interior de São Paulo. Dados da Central de Atendimento à Mulher revelam que de janeiro a maio deste ano foram registrados 71 casos de cárcere privado.



## Cárcere privado II

No dia 10 de junho, a polícia resgatou uma mulher, em Salvador (BA), depois de uma denúncia anônima enviada por e-mail à Ouvidoria da SPM. Em ofício encaminhado à Delegacia de Atendimento à Mulher local, a SPM solicitou uma investigação para apuração dos fatos que culminou com a libertação da mulher. A vítima, de 25, contou viver em regime de escravidão há 15 anos na casa da tia Maria Helena Silva, no bairro de Itapuã, em Salvador. Segundo a delegada Francineide Oliveira, a mulher disse que sofria maus-tratos e era submetida a trabalhos forçados. A patroa nunca deixou a garota estudar, para não atrapalhar o serviço

fruto de um convênio celebrado entre a SPM e a Prefeitura de São Luís, por meio da Coordenadoria Municipal da Mulher. O novo espaço conta com uma equipe multidisciplinar formada por 34 profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, advogado, pedagogo, entre outros.

Participaram da inauguração a secretária-adjunta da SPM, Teresa Sousa, que na ocasião representava a ministra Nilcéa Freire, o prefeito Tadeu Palácio, a secretária de Estado da Mulher, Lourdes Leitão, a coordenadora municipal da Mulher, Sônia Cerqueira Barros, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Laurinda Pinto, entre outras autoridades, além de representantes da sociedade civil.



## Capitais inauguram Centros de Referência II

No dia 23, foi a vez de Cuiabá (MT). Com a inauguração do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Reviv), Cuiabá passou a ter uma Rede de Atendimento à Mulher completa com Casa Abrigo, Juizado Especial de Violência contra a Mulher, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). O centro é fruto da parceria entre o

doméstico. Ela nunca recebeu salário. O outro caso ocorreu em Jundiaí, interior de São Paulo, no mês de maio, com uma vendedora que permaneceu durante um dia, em cárcere privado. Em denúncia ao Ligue 180, a vítima relatou que foi aprisionada pelo marido, que sofria agressões físicas e verbais e está sendo ameaçada de morte. Depois de entrar em contato com a Central de Atendimento à Mulher, a vítima foi orientada a procurar a Delegacia de Defesa da Mulher de Jundiaí, onde ofereceu representação.



## Sistema integrado I

Ao receber a denúncia de cárcere privado, tráfico de mulheres ou risco iminente de morte, as atendentes da Central de Atendimento à Mulher acionam uma tecla de emergência. Automaticamente, a Coordenação da Central e a Ouvidoria da SPM recebe um e-mail com o registro do relato. A partir desse registro, a Ouvidoria entra em contato com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) ou com a delegacia comum para informar do ocorrido e as providências serem imediatamente tomadas.

A Central e a Ouvidoria foram criadas para apoiar mulheres em situação de violência e orientá-las quanto aos procedimentos necessários para obter ajuda.



## Sistema integrado II

A Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, é um serviço de utilidade pública criado em novembro de 2005, que funciona 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados. A ligação é gratuita. De janeiro a maio deste ano, a Central realizou 105.813 atendimentos. Em 2007, foram realizados mais de 200 mil. A Ouvidoria é um canal direto entre a SPM e a cidadã criada em 2003. Trata-se de uma escuta qualificada que atua de forma articulada com outros serviços de ouvidoria em todo o país, encaminhando os casos aos órgãos competentes. Também faz atendimentos diretos.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**  
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -  
Zona Cívica Administrativa  
70150-900 Brasília DF  
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246  
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

município e o governo federal através da SPM, que apóia técnica e financeiramente a iniciativa. Estima-se que no Centro 500 mulheres serão assistidas por mês. Participaram da cerimônia, a secretária-adjunta da SPM, Teresa Sousa, que na ocasião representava a ministra Nilcéa Freire, o prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, a vice-prefeita Jacy Proença, a farmacêutica Maria da Penha, entre outras autoridades.



## Centros de Referência

Em 2004, havia 13 Centros de Referência de Atendimento à Mulher no País, hoje são 107, distribuídos em 25 estados brasileiros.



## Lei Maria da Penha I

No dia 18, a ministra Nilcéa Freire proferiu palestra sobre a implementação da Lei Maria da Penha na reunião ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). O evento foi realizado na sala do Conselho Superior do Ministério Público, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília. No pronunciamento, Nilcéa destacou o fato da Lei Maria da Penha ampliar os direitos das mulheres em situação de

violência: "Esta é a maior inovação, o diferencial da lei, para além do caráter punitivo à violência doméstica e familiar contra a mulher", disse. Também chamou a atenção para a importância dos operadores do Direito conhecerem os serviços da rede especializada de atendimento à mulher, para os quais as vítimas de violência podem ser encaminhadas.



### Lei Maria da Penha II

Segundo a Lei Maria da Penha, cabe ao Ministério Público "fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas".



#### **Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale ( DF 2488JP )

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

[spmimprensa@spmulheres.gov.br](mailto:spmimprensa@spmulheres.gov.br)

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.